

A semana passada assistimos a mais uma Semana Europeia da Mobilidade (SEM), que ontem terminou com atividades lúdicas em plena Av^a João das Regras, no âmbito o dia Europeu sem carros. A falta de sinalização em locais estratégicos e anúncios de “desvio” gerou um autêntico caos nas vias circundantes, já que os automobilistas só foram confrontados com os cortes ao trânsito, depois de chegarem a local. As filas intermináveis que se registaram nas vias alternativas como a Rua Feitoria dos Linhos e Rua António Gonçalves tornaram a vida de quem aqui vive num verdadeiro inferno. Esta situação repete-se ano após ano, pelo que urge tomar medidas que evitem novas situações futuras e que representam uma enorme falta de respeito pelas pessoas.

Ainda no âmbito da SEM, a passada 5^a feira foi dedicada à apresentação dos grandes projectos em curso na cidade. O Sr. Presidente das Infraestruturas de Portugal, Eng. António Laranjo, apresentou-nos os novos desenvolvimentos do projecto do MetroBus, centrado na linha do Hospital e na Estação B.

Dada a relevância deste projecto para Coimbra e a absoluta necessidade de o abrir a participação pública, perguntamos porquê uma divulgação do evento tão tardia, que inviabilizou a participação de muitos interessados? Quando é que esta Câmara vai perceber que “mais vale prevenir do que remediar” pelo que é preferível ouvir as pessoas em fase de projecto, do que gerir a contestação pública depois da entrada ao serviço do sistema? Só essa falta de consciencialização e o centralismo antidemocrático do Partido Socialista excluiu a oposição e a participação pública deste projecto. Porque é que não foi aberto o indispensável debate no final da sessão? Quais os receios? Que debilidades escondem?

Foi mais uma oportunidade perdida de encher o salão nobre desta Câmara com pessoas interessadas e de recolher contributos válidos, através de um debate sério, aberto e construtivo. A febre eleitoral e os compromissos políticos sobrepõem-se à qualidade da solução final, que se vai consolidando sem debate, mantendo debilidades e erros crassos, dentro em breve sem possibilidade de retorno.

Mas importa realçar pequenos passos positivos, que o Sr. Presidente das IP não sublinhou, talvez para não admitir que a oposição até faz críticas construtivas e assertivas. Tal como o SC aqui defendeu em reunião de 27 de maio, seria um erro inqualificável fazer o atravessamento da Praça da República em tráfego banalizado, pelo que agora já será assegurada via dedicada. Finalmente, e como sempre defendemos, é reconhecido que uma paragem na Pç da República não serve o Polo I, pelo que estão em estudo formas de rebatimento do metrobus com a rede dos SMTUC. São medidas positivas, mas ainda assim insuficientes. Importa ter presente que (1) o transbordo é sempre penalizador para o utilizador, pelo que deve esta CMC adoptar uma posição intransigente e exigir a cobertura direta do Polo I, através da rotunda do Papa; (2) não é aceitável que o trecho da circular interna, através da R. Dr. Afonso Romão, seja assegurada em tráfego banalizado. Deve esta CM assumir uma política de apoio claro ao TP, mesmo que tal obrigue à afectação de uma via de circulação ao MetroBus, independentemente da perda do nível de serviço para o

tráfego em geral; (3) Exigir um estudo de integração funcional que assegure que o largo de Cruz de Celas funcionará devidamente, sem incidentes ou conflitos com os peões; (4) Exigir estudos que comprovem a viabilidade operacional, económica e ambiental de um sistema movido a baterias elétricas; (5) Relativamente à estação velha, realça-se a falta de ambição do projecto, mas por falta de tempo, remeto os comentários para reuniões futuras; (6) finalmente, mas não menos importante, a garantia atempada e absoluta de implementação de uma bilhética integrada e de tarifa única. Apesar da anunciada “abertura das entidades envolvidas para a integração institucional”, a verdade é que continua a não estar definido o tarifário nem o modelo de repartição das receitas entre operadores, correndo-se seriamente o risco de tal modelo não ser definido em tempo útil. Recorde-se que terão de ser lançados brevemente os concursos para concessão das carreiras de transportes, por parte da CIM, onde a inclusão do tarifário é condicionante básica à definição das propostas. Lançados os concursos, como é que a CIM vai renegociar com as operadoras eventuais perdas de receitas? Quem assume o risco? A CMC? A Metro Mondego? Rapidamente concluímos que, lamentavelmente, será, mais uma vez, o munícipe a pagar a factura.

Na ultima reunião do executivo, o SC informou o Sr. Presidente sobre uma eventual transação por valor acessível, do prédio do antigo Hospital Real, fundado por D. Manuel em 1504, situado na Praça do Comércio. O Sr. Presidente considerou a informação relevante mas admitiu desconhecer qualquer operação de transação, nem esta CM ter sido notificada para poder exercer o direito de preferência.

De facto, o SC está agora em condições de confirmar, após um processo de insolvência, a concretização de uma compra e de uma permuta ambas no passado mês de junho, por uma quantia de pouco mais de 300 mil euros.

Por se tratar de uma transmissão onerosa e do prédio se situar na ARU Coimbra Baixa, ao abrigo do n.º1 do art. 58.º do Regime Jurídico da Reabilitação Urbana (RJRU – Decreto-Lei nº 307/2009, de 23 de outubro, na sua redação atual) o município de Coimbra tem direito de preferência. Basta para isso que “a entidade gestora entenda que o imóvel deve ser objeto de intervenção” (n.º 3 do mesmo artigo).

Assim, e citando o site da CMC (<https://www.cm-coimbra.pt/areas/viver/urbanismo-em-actualizacao-2/reabilitacao-urbana/outras-informacoes/direitos-de-preferencia>) “antes de alienar um imóvel que se encontre nestas condições, o proprietário deverá solicitar ao Município que se pronuncie quanto ao eventual interesse em exercer o direito de preferência que a lei lhe confere.”

Não tendo esta Câmara sido auscultada previamente ao ato da escritura, pode ainda exigir esse direito, movendo uma ação em tribunal, obrigando-se ao pagamento do preço já escriturado com o novo proprietário.

Dado o valor patrimonial e histórico do imóvel, e tendo tomado conhecimento da situação, perguntamos o que é que o Sr. Presidente pensa fazer? O SC apela ao exercício do direito de preferência e tem propostas de enorme relevância para o edifício.